

# IMPACTS OF SUSTAINABLE COFFEE CERTIFICATION ON BRAZILIAN COFFEE GROWING AREAS<sup>1</sup>

Flávia Maria de Mello Bliska

Sérgio Parreiras Pereira

Gerson Silva Giomo

Pesquisadores Científicos, Instituto Agronômico/IAC, Campinas, São Paulo, Brasil,

bliska@iac.sp.gov.br; sergiopereira@iac.sp.gov.br; gsgiomo@iac.sp.gov.br

***ABSTRACT:** Over the last few years some certification schemes or sustainable coffee production initiatives have come to prominent on coffee growing areas. However, we don't know whether certification initiatives can help to address the social and environmental problems of coffee production and improve the livelihoods of coffee farmers. In Brazil, the largest producer of coffee in the world and the second largest consumer, coffee production is very important for rural development and livelihoods. Therefore, to know impacts of sustainable coffee certification is especially important. Research objectives of this study were: (1) To compare economic, environmental and social impacts of sustainable coffee and conventional coffee on the local, national and global environment (water quality, biodiversity, soil conservation), and on the livelihoods of producers and farm workers; (2) To understand who is capturing benefits or incurring costs from sustainable coffee compared with conventional coffee; (3) To explore drivers of and barriers to sustainable coffee production and consumption in Brazil. The survey was carried out during 2005-2006. The main research method was a questionnaire sample for producers, supplemented by semi-structured interviews with exporters, roasters, and with a number of key informants of the coffee chain.*

**Key words:** Rural development; Sustainable production; Impacts of sustainable coffee certification.

---

<sup>1</sup> This survey was conducted by a grant from Consumers International (CI) and International Institute for Environment and Development (IIED) in 2005 and by a grant from Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brazil, in 2006.

## **IMPACTOS DA CERTIFICAÇÃO NAS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS DE CAFÉ DO BRASIL**

**RESUMO:** Nos últimos anos, diversos programas de certificação ou iniciativas de produção sustentável se destacaram nas diferentes regiões produtoras de café. Porém, não se sabe como tais iniciativas poderão auxiliar na solução dos problemas sociais e ambientais relacionados à produção de café e na melhoria das condições de vida dos produtores. No Brasil, maior produtor mundial e segundo maior consumidor, a produção de café é muito importante para o desenvolvimento rural. Portanto, conhecer os impactos da certificação de cafés sustentáveis é especialmente importante. Os objetivos deste estudo são: (1) Comparar os impactos econômicos, ambientais e sociais locais, regionais e globais, dos cafés sustentável e convencional, sobre o meio ambiente (qualidade da água, biodiversidade, conservação do solo), e sobre as condições de vida dos produtores rurais; (2) Identificar quem se beneficia ou quem arca com os custos do café sustentável, em comparação com o café convencional; (3) Explorar as diretrizes e as barreiras da produção e do consumo do café sustentável ao longo da sua cadeia produtiva. O estudo foi realizado entre 2005 e 2006, mediante aplicação de questionário a produtores, e complementado com entrevistas semi-estruturadas, realizadas com exportadores, torrefadores e informantes chave da cadeia produtiva.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural; Produção sustentável; Impactos da certificação de café sustentável.

## 1 INTRODUÇÃO

### **Perfil da produção de café no Brasil**

Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de café (42,5 milhões de sacas na safra 2005/2006) e o segundo maior consumidor mundial (16 milhões de sacas em 2006). Durante muitos anos o café foi o principal produto das exportações brasileiras, mas nos últimos anos tem perdido importância, caindo de 60% do valor total das exportações, em 1962, para 2,8% em 2000. No entanto, o café ainda é muito importante quanto ao aspecto social: é produzido em 370 mil propriedades rurais, 25% delas na categoria de agricultura familiar, gerando, direta e indiretamente, cerca de 8,4 milhões de empregos.

Além das fazendas de café, existem cerca de uma dezena de indústrias de café solúvel, 80 cooperativas e 170 empresas exportadoras. Apenas no Estado de São Paulo há cerca de 250 torrefadoras, muitas delas micro e pequenas empresas familiares. O café brasileiro é exportado principalmente como café verde, mas também são exportados pequenos volumes de café torrado e moído e de café solúvel, correspondendo esses dois últimos a menos de 1% do valor total de café exportado pelo Brasil. Os principais mercados externos para o café brasileiro são Alemanha, Estados Unidos, Itália e Japão. Dinamarca e Finlândia têm menor importância como destino das exportações, mas também estão incluídos entre os 15 maiores mercados.

A área plantada de café no Brasil tem diminuído, porém a produção vem aumentando, indicando acréscimos de produtividade resultantes da produção em larga escala e uso de tecnologia agrônômica moderna.

O café é produzido em 17 Estados do Brasil. O maior produtor é o Estado de Minas Gerais, responsável por cerca de 50% do total da produção brasileira em 2004/2005, e 60% da produção de café arábica. São Paulo é o segundo Estado maior produtor de café arábica. Nesses dois Estados concentram-se 80% do café certificado brasileiro concentram-se nesses dois Estados. Assim, a pesquisa realizada para este estudo concentrou-se nesses Estados, porém foi complementada por levantamentos realizados em outros importantes Estados produtores.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre agosto de 2005 e setembro de 2006. Foram analisados os principais programas de certificação para café em operação no Brasil: *Fairtrade*, Orgânico, *Utz Kapeh*, *Rainforest Alliance*, *Brazilian Specialty Coffee Association* e certificação por indicação geográfica.

Foram realizadas visitas e entrevistas, utilizando-se questionários semi-estruturados, adaptados de um estudo realizado pelo Centro de Inteligência sobre Mercados Sustentáveis (CIMS, 2004), sobre a formação de preços dos cafés certificados e convencional na América Central. A aplicação dos questionários envolveu visitas a produtores de cafés certificados e convencionais, associações de produtores familiares, cooperativas, instituições de pesquisa, instituições de assistência técnica e extensão rural, consultores e lideranças locais, selecionados nas principais regiões produtoras dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Bahia, e Rondônia, discriminados a seguir (Figura 1):

- **Estado de Minas Gerais**

Sul de Minas: sete propriedades convencionais, 28 certificadas, 14 atacadistas, seis das mais importantes cooperativas regionais, quanto ao volume de café comercializado, e um consultor. As propriedades certificadas incluíram dois dos maiores grupos produtores de café do Brasil e, no outro extremo, seis produtores associados à Cooperativa dos Agricultores Familiares (COOPFAM) da Associação de Pequenos Produtores de Poço-Fundo/MG. As demais propriedades foram selecionadas aleatoriamente.

Cerrado: três associações de produtores, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), três propriedades convencionais, três propriedades certificadas e um pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) sediado na região.

Vale do Jequitinhonha: duas propriedades convencionais, quatro propriedades certificadas, uma cooperativa, Secretaria Municipal de Agricultura de Capelinha, Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Secretaria Municipal de Agricultura de Água Boa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e dois consultores, responsáveis por cerca de 25 propriedades convencionais.

Zona da Mata: Secretaria Municipal de Agricultura de Viçosa, Universidade Federal de

Viçosa (UFV), EPAMIG, uma associação de cafés especiais e quatro propriedades certificadas.

- **Estado de São Paulo**

Mogiana: três propriedades convencionais, quatro propriedades certificadas, duas cooperativas, Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR<sup>2</sup>) de São João da Boa Vista, um consultor e representantes do Programa Sistema Agroindustrial Integrado (SAI) do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de São João da Boa Vista, Casa da Agricultura de Divinolândia, Associações de Produtores de Divinolândia, São Sebastião da Gramma e Caconde, Sindicato Rural de Caconde e Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Nordeste Paulista – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA-Mococa).

Alta Paulista: EDR de Tupã, Casa de Agricultura de Pacaembu, Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios da Alta Paulista – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA-Adamantina) e uma cooperativa regional.

Garça-Marília: EDR de Marília e um consultor.

Médio Paranapanema: Casa de Agricultura de Piraju, Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Médio Paranapanema (APTA-Assis), Cooperativa de Cândido Mota e uma associação de produtores.

- **Estado do Paraná**

Norte Pioneiro: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Agrônomico do Paraná (IAPAR), Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná (DERAL) e duas cooperativas.

Norte Novo: EMATER, IAPAR, DERAL e duas cooperativas.

- **Estado de Rondônia**

Jiparaná, Municípios de Ouro Preto do Oeste e Alto Paraíso: EMATER de Ouro Preto do Oeste, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – Campo Experimental de Ouro Preto do Oeste, uma propriedade convencional, uma propriedade certificada e três organizações de pequenos produtores – Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua (ACARAM), Associação Rural Oupretense para

---

<sup>2</sup> Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/CATI – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Ajuda Mútua (AROOPAM) e Associação de Cafeicultores de Alto Paraíso (ACAP).

Cacoal e Rolim de Moura: EMATER de Cacoal, Secretaria Municipal de Agricultura de Cacoal, EMBRAPA – Vilhena, um cerealista e duas propriedades convencionais.

- **Estado da Bahia**

Oeste: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Fundação Bahia, duas propriedades certificadas e dois consultores independentes.

Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), dois consultores, uma cooperativa, uma associação de pequenos produtores e Secretaria Municipal de Agricultura de Barra do Choça e EBDA.

Extremo Sul: uma propriedade certificada e um consultor.

- **Estado do Espírito Santo**

Venda Nova do Imigrante: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Associação dos Produtores de Café da Região Serrana do Espírito Santo (PRONOVA).

São Gabriel da Palha: INCAPER e uma cooperativa.

Vitória: Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

Os programas de certificação analisados foram: *Fairtrade*, *Orgânico*, *Utz Kapeh*, *Rainforest Alliance*, *Brazilian Specialty Coffee Association* – BSCA e certificação por indicação geográfica. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com seus representantes no Brasil.

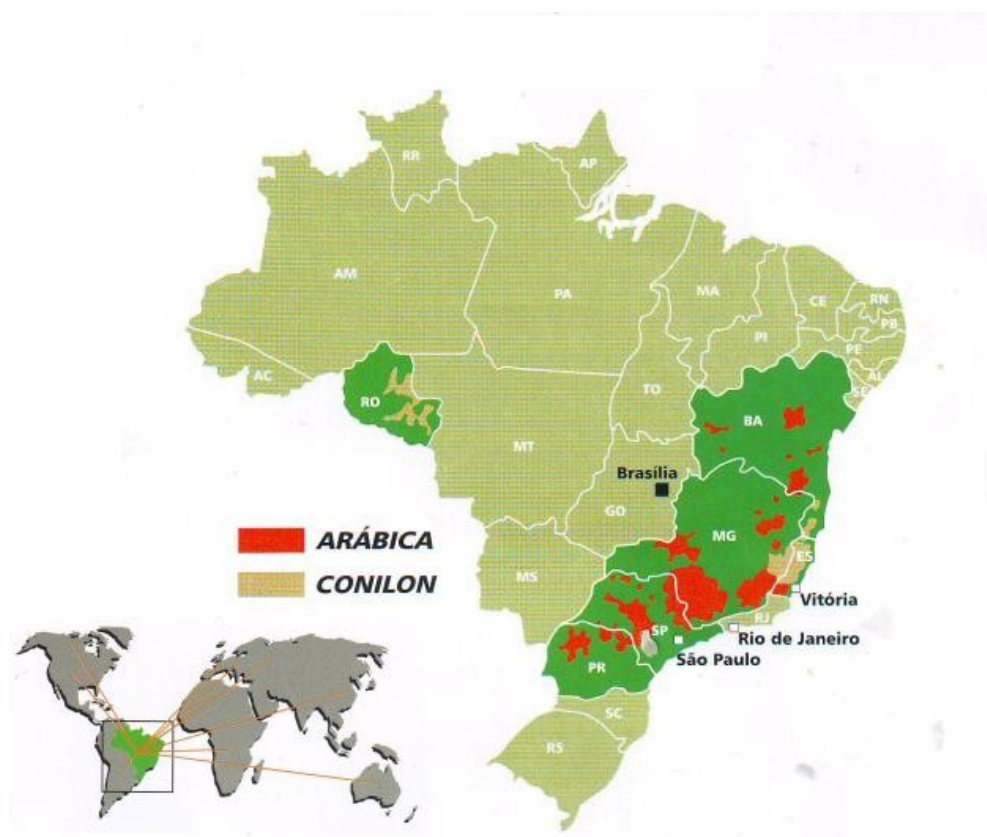


Figura 1. Regiões produtoras de café (arábica e robusta) no Brasil, por estado produtor, nas quais foram realizadas entrevistas e visitas para levantamento de dados, entre agosto de 2005 e setembro de 2006.

Fonte: Adaptado de *folders* promocionais dos Cafés do Brasil, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2007.

### 3 RESULTADOS

#### 3.1 Estado da certificação no Brasil

Nos últimos anos, os produtores de café, particularmente nas grandes propriedades, têm procurado diferenciar a qualidade de seus cafés através das certificações ISO 14001 e ISO 9001 e, mais recentemente, através da certificação que abrange atributos sociais e ambientais – proteção ambiental, segurança alimentar e ausência de trabalho infantil.

A certificação orgânica é o programa mais bem estabelecido no Brasil, iniciado em 1992; em 2003 representou 0,25% da produção e em 2004, 250 mil sacas<sup>3</sup>. Desde 1998 existe a Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil (ACOB), com sede em Machado, na Região Sul de Minas Gerais. Grande parte do café orgânico é enviado ao mercado japonês, que paga os maiores prêmios, mas parte é enviada para os Estados Unidos e à Europa<sup>4</sup>.

O Fairtrade não está tão bem estabelecido e, até o momento, foram certificados apenas nove grupos de produtores, cinco deles no Estado de Minas Gerais, dois no Espírito Santo, um no Paraná e um em Rondônia<sup>5</sup>. A certificação Fairtrade foi relegada no Brasil, em vista da percepção de instituições internacionais de que no País havia apenas grandes propriedades produtoras de café, mas não pequenos produtores<sup>6</sup>. Entretanto, estima-se que 90% dos produtores brasileiros de café tenham propriedades com menos de 100 hectares e que 36% do café produzido no Brasil provém de propriedades com até 10 hectares<sup>7</sup>.

Um desenvolvimento recente é o lançamento do café brasileiro ‘French Roast’, certificado Fairtrade, nos Estados Unidos pela torrefadora brasileira “Café Bom Dia”. Essa é a primeira companhia a ser licenciada pela TransFair USA para vender café certificado Fairtrade torrado, tanto no país produtor quanto no consumidor. O café será vendido pela ‘Sam’s Club’, uma divisão da Wal-Mart, a qual atende proprietários de pequenos negócios.

O programa Rainforest Alliance iniciou-se no Brasil em 2002<sup>8</sup>. Até outubro de 2005, o programa atraiu seis grandes produtores de café, proprietários de diversas fazendas.

---

<sup>3</sup> Souza, M. 2004.

<sup>4</sup> Giovannucci e Koekkoek, 2003.

<sup>5</sup> Detlef von Storch, detlefvonstorch@hotmail.com, 09/11/2006.

<sup>6</sup> Luiz Adauto Oliveira, comunicação pessoal, 2005.

<sup>7</sup> Observatório Social, 2004.



Foram emitidos 15 certificados envolvendo 16 fazendas, representando um total de 8.196 hectares de café. Foram emitidos quatro certificados de cadeia de custódia, para as seguintes empresas: Gazzola Chierighini Alimentos (Café Ituano), Bom Dia Café, Natura e Croda. Em outubro de 2006, já existiam 16 grupos de produtores de café e 385.152 sacas de café certificado<sup>9</sup>. O programa Rainforest Alliance iniciou suas atividades em outro ponto da América Latina, como um programa para café sombreado, julgado inapropriado para o Brasil, onde predomina a produção a pleno sol. A ênfase desse programa passou a ser a restauração dos ecossistemas originais e a manutenção da vegetação nativa ao redor da plantação de café, assim como a conversão preventiva de algumas áreas em florestas.

A primeira certificação Utz Kapeh no Brasil ocorreu em 2002 e desde então tem se expandido rapidamente. Até janeiro de 2007, 81 fazendas foram certificadas e 10 estão inscritas e se preparando para se certificarem. As fazendas certificadas representam uma área de 34.318 hectares cultivados com café<sup>10</sup>. No Brasil, 28 exportadores e duas torrefações (Café Bom Dia Ltda. Brazil e Sarah Lee Cafés Ltda.) estão certificados como compradores de café certificado Utz Kapeh<sup>11</sup>.

Não há informações oficiais sobre as exportações brasileiras de café certificado, porém cinco informantes-chave, relacionados à torrefação e comercialização, e também envolvidos nas iniciativas de certificação, concordam que cerca de 95% desse café são exportados. O café orgânico é de longe o único tipo de café certificado que tem alguma relevância no mercado doméstico.

### **3.2 Benefícios da certificação**

#### **Benefícios financeiros da certificação**

Evidências da pesquisa realizada no Brasil revelam que os produtores têm se beneficiado financeiramente com a certificação. Todas as fazendas certificadas entrevistadas responderam que seus rendimentos têm aumentado como consequência da certificação e que o acesso a novos mercados externos foi facilitado. Isso é aplicado a todos os principais programas de certificação, tanto para as grandes empresas como para

---

<sup>8</sup> OCA, 2005.

<sup>9</sup> Luís Guedes Pinto, Diretor da Imaflora, no IDEC, São Paulo, 14/10/2005 e Eduardo Trevisan Gonçalves, Imaflora, 20/10/2006

<sup>10</sup> David Rosenberg, comunicação pessoal, 2005.

<sup>11</sup> www.utzkapeh.org, 16/11/05.

os pequenos produtores familiares entrevistados na pesquisa.

Esse fato é particularmente marcante para os membros da Cooperativa de Produtores Familiares (COOPFAM), da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo e bem menos significativos para os membros das associações ligadas a ACARAM (Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua), em Jiparaná/Rondônia.

No caso da ACARAM, os fatores críticos são a capacidade de negociação de seus representantes e, principalmente, a baixa qualidade do café produzido. Além disso, enquanto a COOPFAM, em Poço Fundo/MG, representa uma microrregião bem delimitada, a ACARAM, em Jiparaná/RO, representa 18 associações, distribuídas em 16 municípios, por toda a região cafeeira de Rondônia.

As análises das situações da ACAP (Associação de Cafeicultores de Alto Paraíso/RO) e da AROOPAM (Associação Rural Oupretense para Ajuda Mútua/RO), ligadas a ACARAM, mostraram dificuldades organizacionais e na capacitação de técnicos e lideranças locais, para difundir informações sobre técnicas de produção de café de boa qualidade e dos benefícios da certificação. Verificou-se, ainda, o fortalecimento da unidade central em detrimento das unidades regionais.

Todas as fazendas certificadas entrevistadas enfatizaram que o fator chave para a comercialização de seu café foi a qualidade, e que a habilidade de negociação e as informações de mercado foram essenciais para a obtenção das vantagens financeiras da certificação. Eles também foram unânimes em afirmar que a principal motivação para se buscar a certificação foi melhorar o acesso ao mercado.

A certificação Fairtrade tem resultado nas maiores diferenças para os membros da Associação de Poço Fundo. Eles têm recebido preços mais altos e mais estáveis pelo seu café. Mais importante é o fato de que têm sido capazes de investir em equipamentos para o beneficiamento do café, assim como em projetos sociais que auxiliam a comunidade, em particular o treinamento para a utilização de computadores.

Em épocas de preço baixo do café, a certificação orgânica resulta em maior diferencial de preço para os produtores. De acordo com Ivan Caixeta, ex-presidente da ACOB, no mesmo período em os preços do café convencional chegaram a US\$ 60 por saca, o café orgânico foi negociado a US\$ 160-180. À medida que o preço do café convencional aumenta, o diferencial de preço entre o café convencional e o café orgânico diminui. Esse fato motivou cerca de 30 produtores de café orgânico a reverterem suas lavouras à

produção convencional. Há também alguns produtores orgânicos que estão exportando cafés de melhor qualidade (peneira 14 acima<sup>12</sup>) na forma de grãos e enviando o café de qualidade inferior para transformação em café solúvel 100% orgânico, exportado principalmente para o Japão<sup>13</sup>.

A certificação Utz Kapeh tem prêmios de produtividade, mas, pelo menos para a Ipanema Estate Coffee o prêmio caiu de US\$ 7 centavos para US\$ 3 centavos por saca. Mais importante para a Ipanema tem sido a maior facilidade de acesso aos compradores, proporcionada pela certificação Utz Kapeh, no desenvolvimento de relações mais estáveis e mais próximas com seus clientes. Foi possível inclusive fechar um contrato com a Norwegian Company Friele até 2011<sup>14</sup>. Também foi feito um acordo similar e com preço fixo com a Starbucks até 2011.

Os prêmios obtidos sob o programa de certificação Rainforest Alliance têm variado entre 5 e 15 centavos de dólar por libra de café, levando o preço do café brasileiro ao mesmo nível que o do Tratado de Comércio de Nova Iorque<sup>15</sup>.

### **Benefícios não financeiros da certificação**

Nenhum dos produtores certificados entrevistados revelou que havia recebido qualquer suporte para a certificação, na forma de treinamento ou assistência técnica, tanto governamental como de Organizações Não Governamentais (ONG). Em geral eles contratam consultores para desenvolverem projetos e treinamentos sem nenhum suporte financeiro. Os produtores familiares da Associação de Poço Fundo já estavam organizados em uma cooperativa antes de serem contemplados com a certificação, e têm desenvolvido suas próprias técnicas de produção orgânica sem assistência técnica externa<sup>16</sup>.

No entanto, parece que isso está começando a mudar. Os grupos de pequenos produtores, em processo de certificação com a Utz Kapeh, estão recebendo algum suporte técnico de cooperativas regionais interessadas em comprar café desses pequenos produtores<sup>17</sup>. A Rainforest Alliance está buscando formas de promover a participação

---

<sup>12</sup> Isto se refere ao diâmetro dos furos da peneira utilizada para classificar o tamanho do café.

<sup>13</sup> Ivan Caixeta, comunicação pessoal, 2005.

<sup>14</sup> Washington Rodrigues, comunicação pessoal, 2005.

<sup>15</sup> Luís Guedes Pinto, Diretor da Imaflora, no IDEC, São Paulo, 14/10/2005. Os dados se referem a 01/10/2005.

<sup>16</sup> Luís Adauto Oliveira, comunicação pessoal, 2005.

<sup>17</sup> Eduardo Sampaio, comunicação pessoal, 2005.

dos pequenos produtores na certificação (ver a discussão complementar na seção de Barreiras à certificação na página 15).

De maneira geral, os produtores de média e grande escala têm, como resultado da certificação, investido no treinamento dos trabalhadores para capacitação técnica, uso de equipamento de proteção individual e de máquinas agrícolas, controle de incêndio, proteção ambiental e noções de higiene e profilaxia. Nos projetos em fases de conversão ou de adequação às exigências das certificadoras são previstas atividades e metas no âmbito sócio-ambiental, principalmente para atendimento às normas e legislações vigentes, bem como para a realização de treinamentos que contribuam para acelerar o processo de certificação, sempre às custas do proprietário. Embora onerosa para o produtor, em geral, a certificação tem levado à racionalização de todas as etapas da produção de café, melhorando o sistema gerencial das propriedades, permitindo a rastreabilidade dos processos, a melhoria da qualidade do café e gerando expectativa de pagamento dos investimentos a médio e longo prazo.

Em síntese, quanto aos benefícios não monetários destacaram-se aqueles ligados aos fatores ambientais, sociais e organizacionais:

- *Ambientais*: os mais citados foram conservação dos recursos hídricos, uso racional de defensivos químicos e fertilizantes, controle de incêndios florestais, coleta seletiva e reciclagem do lixo, recuperação de áreas degradadas, estabelecimentos de corredores ecológicos e respeito ao ecossistema e à biodiversidade.
- *Sociais*: garantia dos direitos dos trabalhadores e da comunidade, geração de empregos e renda estáveis, liberdade à sindicalização, equidade entre raças, crenças e gêneros, treinamento e capacitação dos trabalhadores e adaptação e implementação de programas de saúde, recreação e lazer.
- *Organizacionais*: melhorias na infra-estrutura local e regional, possibilidade de rastrear falhas durante o processo de produção, implantação de programas de segurança do trabalho que, além de incidirem na redução de acidentes ocupacionais, promovem o aumento do espírito de equipe e motivação profissional.

### **3.3 Custos da certificação**

Os custos diretos da certificação variam de acordo com o programa de certificação. O programa Rainforest Alliance é considerado o mais dispendioso. Sete produtores

convencionais entrevistados constataram que os custos da certificação, qualquer que seja o programa de certificação, podem ser altos demais para os pequenos produtores.

Os custos indiretos de certificação também dependem da natureza do programa de certificação e das práticas agrícolas utilizadas nas propriedades, sendo tanto maior quanto maior forem as exigências das certificadoras quanto aos quesitos sócio-ambientais essenciais, ou quanto menor for o grau de adequação da propriedade às boas práticas agrícolas. Observou-se que em alguns casos, os produtores de café já estavam praticamente de acordo com os principais requisitos do programa de certificação, portanto os custos indiretos não foram muito elevados. Em particular, duas fazendas que já estavam em conformidade com o sistema ISO de qualidade e com os requerimentos de gerenciamento ambiental, praticamente não tiveram custos adicionais para atender aos requisitos do programa Utz Kapeh. Nesse caso, os principais custos foram os custos diretos do programa de certificação. Cinco fazendas informaram que a certificação levou à racionalização do sistema de produção, reduzindo custos, evitando desperdícios e tornando-os mais competitivos.

A certificação Rainforest Alliance é mais onerosa para os produtores do que a Utz Kapeh, pois seus requisitos ambientais e sociais são mais rigorosos, particularmente com relação à restauração dos ecossistemas naturais. Esse último conjunto de requisitos também é encontrado nas certificações Orgânica e Fairtrade. A legislação ambiental brasileira requer que em as áreas previamente cobertas pela Mata Atlântica, 20% da área de cada propriedade seja mantida com cobertura florestal, como reserva legal<sup>18</sup>. Existe também um requisito de que áreas de mata ciliar e/ou críticas, em relação aos recursos hídricos, possam ser permanentemente preservadas. No entanto, ambos os requisitos estão sendo difíceis de serem cumpridos rigorosamente. O programa Rainforest Alliance requer não só que a legislação seja respeitada, mas também que algumas áreas adicionais sejam recuperadas com ecossistemas nativos de forma a constituírem corredores ecológicos para a passagem de animais silvestres.

Os custos para estabelecer e manter essas reservas pode ser muito elevado. Duas empresas com esse tipo de certificação estimam que os custos variam de US\$10 mil a US\$50 mil, para cobrir custos de consultoria, aquisição de mudas, plantio, gerenciamento, e custo de oportunidade de uso da terra, em relação ao seu uso anterior. No caso da Fazenda Sete Cachoeiras, a área ocupada por floresta natural e outras

vegetações nativas é igual à metade da área plantada com café<sup>19</sup>. Entretanto, o programa Rainforest Alliance não exige requisitos semelhantes à certificação orgânica no que diz respeito ao uso de agroquímicos – por exemplo, não proíbe o uso de agrotóxicos, mas recomenda que haja um comprometimento em reduzir sua utilização<sup>20</sup>. Eles também não insistem na implantação das lavouras em curva de nível, desde que as práticas de manejo e conservação de solo sejam apropriadas, respeitando-se os limites de declividade para a mecanização e a capacidade de uso da terra. Assim, permite-se o plantio de café no sistema alinhado, otimizando o uso da terra e facilitando a utilização de máquinas para colheita e outras atividades<sup>21</sup>.

Para os produtores orgânicos certificados no Brasil, há considerável variação nos custos, dependendo das circunstâncias dos produtores, das outras atividades da fazenda e do tempo em que a propriedade já está sob manejo orgânico. Onde a produção de café é combinada com a criação de gado, a disponibilidade de esterco torna mais viável a substituição dos fertilizantes químicos pelos orgânicos. Enquanto pode ocorrer uma redução inicial na produtividade das lavouras durante a transição para orgânico, principalmente em função da insuficiência de elementos minerais, ao longo do tempo pode haver um aumento dos nutrientes disponíveis no solo<sup>22</sup>, permitindo uma recuperação parcial dos níveis anteriores de produtividade.

Isso explica porque, recentemente, as respostas à redução do diferencial de preço entre o café orgânico e o café convencional foram diferentes. Os produtores que converteram suas lavouras mais recentemente para o cultivo orgânico foram justamente aqueles que as reverteram ao cultivo convencional, buscando aumento de produtividade, haja vista que o diferencial de preço entre o café orgânico e o café convencional não foi suficiente para compensar a redução na produtividade. Esse fato também ocorreu com alguns produtores Fairtrade que, após um período com certificações Orgânica e Fairtrade, reverteram sua produção para uma certificação única, preferencialmente o Fairtrade, que implica em pequenos custos indiretos para o produtor. Os produtores orgânicos melhor estabelecidos e com maiores produtividades têm permanecido como orgânicos.

---

<sup>18</sup> Young, CEF, 2002.

<sup>19</sup> [www.7cachoeiras.com.br](http://www.7cachoeiras.com.br)

<sup>20</sup> Luís Guedes Pinto, Diretor da Imaflores, no IDEC, São Paulo, 14/10/2005.

<sup>21</sup> Renato Farhat Brito, comunicação pessoal, 2005.

<sup>22</sup> EPAMIG, 2002.

### **3.4 Impactos da certificação**

#### **Impactos sobre as fazendas/trabalhadores e comunidades das fazendas**

As grandes empresas têm procurado satisfazer os requisitos sociais dos programas de certificação e melhorar as condições básicas de trabalho de seus empregados. Em nove das médias e grandes propriedades entrevistadas verificou-se que, como resultado dessas boas condições de trabalho advindas da certificação, não tem faltado pessoas interessadas em trabalhar nessas propriedades. Os benefícios mais importantes indicados por seis médias e grandes empresas foram a segurança do trabalho, assistência médico-hospitalar e presença de enfermeira e assistente social na propriedade. Em sete das fazendas certificadas e uma fazenda convencional, observou-se, adicionalmente, que elas oferecem moradia, cesta básica, treinamento para os funcionários e seus familiares, hortas, refeições, cantinas, água potável e sanitários.

Também tem havido melhorias na saúde e na segurança do trabalho como resultado da implementação dos programas de certificação, com os trabalhadores recebendo e sendo solicitados a usarem roupas e equipamentos adequados para aplicação de agroquímicos. Entretanto, de acordo com nove das médias e grandes propriedades pesquisadas, ainda há alguma resistência dos trabalhadores na utilização dos equipamentos de proteção individual, que se queixam de desconforto causado pelo calor.

Para alguns setores da cadeia produtiva há argumentos de que essas empresas estão meramente cumprindo os requerimentos das leis brasileiras. Embora no Brasil a legislação seja bastante rígida, seu cumprimento pode não ser muito efetivo, sendo necessários incentivos adicionais para tal.

#### **Impactos locais sobre o meio ambiente**

Com o objetivo de cumprir os requisitos dos programas de certificação, as fazendas certificadas têm melhorado o tratamento e a reciclagem da água utilizada no processamento de café, a qual, juntamente com a redução na utilização de agroquímicos, são os impactos mais visíveis até o momento. Os projetos de restauração da vegetação nativa, nas propriedades certificadas pela Rainforest Alliance, são propostas interessantes para a recomposição da paisagem natural nas propriedades cafeeiras, porém ainda muito recentes para que sejam observados impactos relevantes. Embora não haja comprovação, existem evidências de que algumas espécies de animais

silvestres têm retornado a essas áreas, assim como tem aumentado a disponibilidade de plantas silvestres tradicionalmente utilizadas para alimentação pela população local.

Também há efeitos indiretos sobre a conduta ambiental de outras propriedades na região de implementação dos programas de certificação, onde algumas propriedades certificadas no Brasil declararam que vêm influenciando seus vizinhos quanto à conscientização e importância de uma melhor conduta ambiental. Eles têm servido de modelo para outros fazendeiros na região e estimulado outros produtores de café a buscarem a certificação. Cafeicultores da Associação de Poço Fundo-MG e seis das médias e grandes fazendas entrevistadas indicaram o efeito positivo de suas práticas ambientais sobre seus vizinhos. Após observarem as propriedades certificadas, os vizinhos têm começado a reciclar o lixo e parado de poluir mananciais e cortar árvores. Eles também melhoraram as condições de trabalho de seus empregados.

### **3.5 Barreiras à certificação do café**

Os custos diretos da certificação parecem ser uma barreira para os pequenos produtores. Todos os produtores convencionais entrevistados na pesquisa consideraram que os custos de certificação podem ser a maior dificuldade para os pequenos produtores. Em suas respostas não fazem referência aos diferentes programas, mas percebem que o Fairtrade é uma exceção. Os custos do Fairtrade são consideravelmente baixos – US\$500 por ano para a Associação de Poço Fundo – os quais são divididos entre os associados. A barreira, nesse caso, não é o custo, mas sim o nível de organização coletiva em que se encontram os produtores para requererem o acesso ao Fairtrade, uma vez que este programa não trabalha com produtores individuais.

Os custos anuais das auditorias do programa da Rainforest Alliance variam de US\$1.000 a US\$5.000, no caso da Ipanema. A organização reconhece que esse custo seria muito alto para os pequenos produtores. As certificações dos programas Utz Kapeh e Rainforest Alliance têm obtido êxito principalmente entre as grandes propriedades, produzindo mais de 10.000 sacas (600 toneladas) por ano. Apenas uma das 54 fazendas com certificação Utz Kapeh tem área inferior a 50 hectares<sup>23</sup>.

Esses dois programas estão se esforçando para trabalharem com pequenos produtores e também com cooperativas. A Utz Kapeh, que assim como a Rainforest Alliance iniciou suas atividades com as grandes empresas, está atualmente em processo de certificação



de diversas cooperativas de pequenos produtores. Além das 30 fazendas atualmente trabalhando para se certificarem no programa Utz Kapeh, assim como duas fazendas individuais com menos de 50 hectares, há três grupos de produtores com numerosas propriedades com menos de 50 hectares<sup>24</sup>.

A Rainforest Alliance, através de uma organização parceira, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), está trabalhando para superar essas barreiras, fornecendo informações sobre certificação, organização, estruturação e capacitação por meio de palestras e subsidiando os custos de certificação para grupos de pequenos produtores. Para isso, tem sido estabelecido um fundo com parte dos rendimentos das taxas de certificação das grandes empresas e de recursos da União Européia<sup>25</sup>. Eles estão também trabalhando em parceria com a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD), no desenvolvimento de auditorias conjuntas para reduzir custos para os produtores que possuem as duas certificações, Orgânica e Rainforest Alliance.

### **3.6 Mercado para cafés certificados**

Para que o café certificado seja reconhecido e valorizado, o consumidor também precisa ser conscientizado das conseqüências positivas que decorrem do processo de certificação, tanto sociais quanto ambientais e econômicas. Numa ação conjunta para valorizar os cafés certificados será necessário informar aos consumidores brasileiros, que apenas conhecem a certificação orgânica, sobre os benefícios, conseqüências e requisitos das demais certificações. Atualmente as certificações de café são mais conhecidas e valorizadas no mercado internacional. No entanto, mesmo os consumidores internacionais não estão bem esclarecidos e sentem falta de informações sobre os diferentes tipos de certificação e, principalmente, sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais de sua opção por produtos certificados. Uma grande maioria sequer consegue identificar as respectivas regiões produtoras, localizadas geralmente nos países em desenvolvimento.

Há preocupação de alguns especialistas quanto à capacidade de expansão do mercado para os cafés certificados, pois um aumento grande na oferta poderá levar à redução no preço de mercado, especialmente se não for acompanhado de acréscimos na demanda.

---

<sup>23</sup> David Rosemberg, comunicação pessoal, 2005.

<sup>24</sup> David Rosemberg, comunicação pessoal, 2005.

<sup>25</sup> Luís Guedes Pinto, Diretor da Imaflora, no IDEC, São Paulo, 14/10/2005.

Assim, também é imprescindível um trabalho intenso para estimular o consumo de cafés sustentáveis certificados no mercado interno. Mesmo que os preços dos cafés certificados apresentem tendência de atingir um ponto de equilíbrio regulado pela relação entre oferta e demanda, o que é natural para os mercados de livre negociação, considera-se que os benefícios sócio-ambientais advindos dos diversos programas de certificação no Brasil poderão ser, a longo prazo, os maiores benefícios para toda a cadeia produtiva do café e para a sociedade como um todo.

### **3.7 As certificações e seus impactos sobre o desenvolvimento regional**

#### *Certificação em grupo*

Ao longo desse estudo foram identificados impactos econômicos, sociais e ambientais positivos e significativos sobre o desenvolvimento regional, principalmente no caso das certificações em grupo, e particularmente na certificação *Fairtrade*.

Nesse tipo de certificação, onde os membros do grupo devem estar formal e democraticamente associados, parte dos recursos provenientes da comercialização do café deve ser necessariamente aplicada em benefício direto dos associados e da comunidade local. Após certo nível de investimento na área social, também podem ser aplicados recursos em benfeitorias nas propriedades dos associados. Dessa forma, os benefícios econômicos e sociais gerados pela certificação em grupo são distribuídos de forma mais uniforme e justa, levando ao crescimento da comunidade como um todo.

As certificações em grupo dos programas *Utz Kapeh* e *Rainforest Alliance* são muito recentes para a cultura do café para que seus impactos possam ser observados. Experiências da *Rainforest Alliance* em outras culturas indicam que poderão causar impactos positivos sobre o desenvolvimento regional.

#### *Certificações individuais*

As certificações individuais, além de proporcionar benefícios financeiros e sobre o meio ambiente local, têm servido como modelo para outros produtores regionais, estimulando novas certificações e, conseqüentemente aumentando as chances de haver melhorias regionais.

De modo geral, são gerados impactos positivos sobre as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores nas propriedades certificadas e sobre o meio ambiente. No entanto, os

impactos sobre o desenvolvimento regional não são tão evidentes como nas certificações em grupo. Embora sejam perceptíveis alguns benefícios sociais, os benefícios econômicos são muito mais concentrados.

#### **4 CONCLUSÕES**

A certificação dos cafés sustentáveis pode constituir uma interessante alternativa para reduzir a instabilidade de preços de café no mercado, aumentar o valor econômico, social e ambiental de sua produção, agregar valor e ampliar sua comercialização.

Os custos da certificação individual são proibitivos para produtores familiares e a certificação em grupo é uma alternativa viável. No entanto, a certificação em grupo tem se expandido lentamente no País.

De modo geral as iniciativas de certificação ainda são muito recentes no Brasil, além de serem desconhecidas pela maior parte dos produtores. O apoio de programas de políticas públicas e de instituições com experiência na implementação dessas políticas é essencial para a organização dos produtores, tendo em vista a capacitação de técnicos e lideranças locais, bem como a realização de ações que orientem e estimulem a produção de café de alta qualidade e facilitem o acesso à certificação.

Foram observados impactos econômicos, sociais e ambientais positivos da certificação de café sobre o desenvolvimento regional. Isso ocorre nos principais programas, tanto nas certificações individuais quanto nas certificações em grupos, por meio de associações. Os impactos iniciais da certificação em grupo sobre o desenvolvimento regional têm sido mais efetivos do que os benefícios promovidos pelas certificações individuais.

#### **5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CIMS – Centro de Inteligencia sobre Mercados Sostenibles (2004). *Prices and Premiums for certified Coffee in Latin America, the US and EU markets*. Sustainable Markets Intelligence Center, Alajuela, Costa Rica.

David Rosenberg, Diretor, Utz Kapeh, entrevista por telefone, 14/11/05 e e-mail 27/11/05.

Detlef von Storch, Fairtrade Labelling Organization, Brasil, e-mail 9/11/2006.

Eduardo Sampaio, Utz Kapeh, entrevista, agosto 2005.

Eduardo Trevisan Gonçalves, Imaflora, 20/10/2006

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Brasil (2002). ‘Café Orgânico’. *Informe Agropecuário*, v.23, n.214/215 Jan-Apr.

GIOVANNUCCI, D. (2001). *Sustainable Coffee Survey of the North American Specialty Coffee Industry*. Conducted for The Summit Foundation; The Nature Conservancy; North American Commission for Environmental Cooperation; Specialty Coffee Association of America. World Bank. Disponível em: [http://www.cec.org/files/PDF/ECONOMY/Coffee\\_Survey\\_EN.pdf](http://www.cec.org/files/PDF/ECONOMY/Coffee_Survey_EN.pdf)

Ivan Franco Caixeta, ex-Presidente da ACOB, entrevista, agosto 2005.

Luis Adauto de Oliveira, Presidente, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM), entrevista, 13/10/05.

Luis Guedes Pinto, Diretor, Imaflora, apresentação 14/10/05.

Observatório Social (2004). *Living and Production Conditions of Farm Families and Farm Workers in the Coffee Sector*. Observatório Social, Brazil. Disponível em: [www.observatoriosocial.org.br](http://www.observatoriosocial.org.br)

OCA (2005). *Even Sam's Club is going Fair Trade*, Organic Consumers Association; available at: [www.organicconsumers.org/starbucks/sams091405.cfm](http://www.organicconsumers.org/starbucks/sams091405.cfm)

SOUZA, M. (2004). *Developing the local organic market in Brazil*. Presentation at IFOAM International Coffee Conference, Kampala, 6-8/10/04.

Washington Luis Rodrigues, CEO, Ipanema Coffees, entrevista, 12/10/05.

YOUNG, C.E. F. (2002). *Is deforestation a solution for economic growth in rural areas? Evidence from the Brazilian Mata Atlantica*, University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, Working paper CBS-36-2002.